

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	<i>DES</i>
Data	<i>30/11/2000</i> Pg <i>13</i>
Class.	<i>1166</i>

Proprietário pode ser compensado por preservação

SILVIO BRESSAN

Os proprietários que preservarem áreas em parques e estações ecológicas no Estado poderão ser remunerados pelo governo paulista. A compensação, de dez Ufesps (R\$ 92,70) por hectare, está prevista no projeto de lei apresentado ontem pelo deputado estadual Vanderlei Siraque (PT). Segundo ele, a futura lei ajudaria na preservação ambiental e evitaria novos processos de desapropriação indireta, responsáveis por alguns dos maiores precatórios do Estado.

Na sua avaliação, fica mais barato o governo incentivar a preservação do que desapropriar essas áreas para preservá-las. "Não interessa à sociedade, nem ao Estado, tornarem-se proprietário dessas áreas, mas sim que elas sejam preservadas", afirma Siraque. Para fazer jus à compensação financeira do governo, o proprietário terá de desistir expressamente de qualquer ação indenizatória.

Por isso, ele não acha que a lei possa ser considerada inconstitucional por criar despesas para o Estado. "Não estou criando despesas, estou ajudando a diminuir-las", explica o deputado. "Com a lei, os proprietários terão um incentivo para cuidar da área em vez de procurar uma indenização do governo." A lei só valerá para áreas com vegetação nativa preservada por força da legislação estadual. Não estão incluídas as florestas de preservação permanente e aquelas que constituem reserva legal.

Fundo – Para financiar o projeto, a lei prevê também a criação do Fundo Estadual de Incentivo Florestal (Feif), que poderia contar com verbas orçamentárias, repasses federais, doações e contribuições voluntárias. Esse fundo seria administrado pelo Conselho de Orientação e Supervisão do Fundo, com representantes do Estado, do Ministério Público e da sociedade. Na proposta, fica criado o Certificado ISO-Florestal para empresas e entidades que contribuam para o fundo.

De acordo com o deputado, ainda não há uma previsão de quanto o Estado gastaria com o projeto. "A intenção da proposta é provocar uma ampla discussão sobre o assunto", observa Siraque. "Queremos que os proprietários dessas áreas tornem-se parceiros e não inimigos do Estado." A fiscalização das condições de preservação será feita pela Secretaria do Meio Ambiente.

O deputado ressalta ainda que o projeto ajudará o Estado na regularização fundiária. "Os proprietários serão obrigados a regularizar a documentação da área para ter direito ao pagamento", anota o autor do projeto. Seja como for, o próprio parlamentar admite que o projeto é de longo prazo. Se for aprovado no próximo ano, só entraria em vigor em 2002.